António da Pádua, mediante a indemnização única, para os efeitos do citado artigo 104.º, de 100\$, a pagar à Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, por intermédio da comissão sua delegada no conselho de Tábuas, logo após a publicação deste diploma, que fica sem efeito se outro destino for dado ao prédio cedido ou se a demolição das ruínas do barracão e o alargamento da rua não estiverem concluídos no prazo de seis meses, contados desta data.

‘O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 2 de Maio de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Luis Maria Lopes da Fonseca*.

Decreto n.º 18-293

Usando da facultado que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos: hei por bem decretar, nos termos do artigo 6.º da lei n.º 420, de 11 de Setembro de 1915, que seja declarado sem efeito o decreto n.º 8:798, de 1 de Maio de 1923, em virtude do qual foi cedida, a título de arrendamento, à Junta de Freguesia de Abraã, concelho e distrito de Santarém, a antiga residência paroquial da freguesia e seu quintal, para habitação do professor da escola de ensino primário geral, visto a entidade cessionária ter declarado desistir da referida cedência.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 2 de Maio de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Luis Maria Lopes da Fonseca*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 18-294

Considerando que se torna necessário satisfazer a quantia de 400\$ em que importa a mudança da Repartição de Finanças do 3.º bairro de Lisboa, na Rua de Santa Marta, para a Rua Eugénio dos Santos;

Considerando que não existe no orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico corrente nenhuma verba pela qual possa ser paga esta despesa, motivo por que se torna necessário proceder à sua inscrição, anulando se igual quantia em outra verba do mesmo orçamento, de onde sem inconveniente para o serviço possa ser dispensada;

Usando da facultade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É inscrita no orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico corrente, no capítulo 11.º, «Serviço de contribuições—Direcção Geral das Contribuições e Impostos», artigo 139.º, «Encargos das instalações», n.º 2), sob a rubrica «Despesa com a mudança da Repartição de Finanças do 3.º bairro de Lis-

boa», a quantia de 400\$, passando a ter o n.º 1) a verba de 100.000\$ do mesmo capítulo e artigo sob a rubrica de «Rendas de casa das direcções e repartições de finanças, reparações o mobiliário, fornecido nos termos do artigo 293.º e § único do artigo 294.º do Código de Contribuição Predial o n.º 3.º do artigo 39.º do Código Administrativo», e anulando-se igual soma na verba de 16:988.436\$, descrita no mesmo orçamento no referido capítulo 11.º, artigo 130.º, «Direcções de Finanças distritais e repartições concelhias—Despesas com o pessoal—Remunerações certas ao pessoal em exercício», n.º 1), «Pessoal dos quadros aprovados por lei».

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Maio de 1930. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Decreto n.º 18-295

Considerando que se torna necessário inscrever no orçamento do Ministério das Finanças decretado para o corrente ano económico verba necessária para indemnizar alguns portadores de certificados provisórios do empréstimo de 6 1/2 por cento ouro que não chegaram a receber os respectivos títulos;

Considerando que se poderá anular a respectiva importância em verba do mesmo orçamento;

Usando da facultade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É inscrita no capítulo 1.º «Encargos da dívida pública», artigo 11.º «Diversos encargos da dívida pública», do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1929-1930, em nova epígrafe, sob o n.º 8), e assim redigida: «Para pagamento das indemnizações a que têm direito alguns portadores de certificados provisórios do empréstimo de 6 1/2 por cento ouro que não chegaram a receber os respectivos títulos», a quantia de 78.965\$90.

Art. 2.º É anulada na verba de 35:000.000\$, inscrita no capítulo 1.º «Encargos da dívida pública», artigo 9.º «Encargos dos seguintes empréstimos», n.º 3), sob a rubrica: «Dívida de guerra de Portugal à Grã-Bretanha—Prestações relativas a 1929-1930 (6.ª e 7.ª)», decreto n.º 13:029», de idêntico orçamento, a quantia de 78.965\$90.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da